

Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 9878856

Considerando as informações das unidades técnicas e os documentos instrutórios que compõem este expediente, especialmente o Termode Referência (doc. 9750628), a existência de disponibilidade orçamentária à conta da(s) dotação(ões) nº(s) 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.36-11 - Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 - Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-13 - Fonte 10.1 e 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 - Fonte 10.1 (doc. 9801317), o parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa (doc. 9573123), a autorização da AEPGJPGJAA / PGJAA (doc. 9855109) e a manifestação da Superintendência de Gestão Administrativa (doc. 9873430), que evidenciam o preenchimento dos requisitos legais pertinentes, autorizo o presente procedimento para a locação da loja no pavimento térreo, incluindo a garagem no pavimento inferior, em edificação comercial situada na Rua Padre Piccinini n.º 223, Centro, em Paraguaçu/MG, a ser celebrado com Renato de Oliveira, pelo período de 60 (sessenta) meses, no valor global estimado de R\$ 336.300,00 (trezentos e trinta e seis mil e trezentos reais), sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o pagamento do aluguel e R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais) para o pagamento das despesas com energia elétrica, água e IPTU, mediante Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

À Superintendência de Gestão Administrativa, para publicação.

Iraídes de Oliveira Marques

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **IRAIDES DE OLIVEIRA MARQUES**,
PROCURADORA-GERAL DE JUSTICA ADJUNTA ADMINISTRATIVA, em 15/04/2026, às
18:51, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>,
informando o código verificador **9878856** e o código CRC **CCDD7D1E**.